

CRÍTICA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA FILOSOFIA NA ACADEMIA

Henrique Conde Uieira*

Falar é interpretar falas. Ler é interpretar a escrita. É surpreender as formações discursivas em suas trajetórias. É provocar deslocamentos ou até mesmo cristalizações de universos de significações. A escrita, assim como a fala, tem trajetórias interessantes, ora como mero "referendum" (textos presos nas normas da academia) da fala do "mestre-morto", ora como provocação, alteridade.

Entendo o texto como provocação, como algo que erotiza o instituído, que o remete radicalmente ao instituinte. Tomo o instituído como polissêmico, portanto, metafórico, permitindo, assim, múltiplos deslocamentos.

Atravessar um texto é aceitar seus desafios, é um empreendimento repleto de possibilidades, nunca certezas. Pois conhecer é sempre possibilidade, indeterminação, ato de criação. É elevar o texto à condição de poema, e como tal, uma busca apaixonada dos sentidos de conteúdo, nunca de formas.

O trabalho do educador está no sonho, no devaneio. Nesta dimensão, os planos da linguagem não estão ordenados segundo a descrição linear do mundo fático, que sem o onírico se caracteriza por ordenar a vida a partir de sua racionalização sistêmica.

A interpretação da escrita deve nos colocar diante de uma pista de duplo sentido, onde a imaginação criadora percorre a trajetória do mundo sensível ao onírico, e desde ao sensível; balé dialético de infinitos movimentos.

O estudo de textos filosóficos é o crepúsculo do saber. A queda de suas máscaras rígidas. A morte do maniqueísmo. Um chamado desejo. Um protesto contra a mediocridade da mentalidade erudita e, ao mesmo tempo, um saudável desprezo pelo ensino rigorosamente acadêmico.

O estudo da filosofia possibilita isso. Traz em si a visceral compreensão das limitações que padecemos, colocando em evidência a ordem artificial e mortífera de uma cultura impregnada de legalidades presunçosas. Ela serve para despertar os sentidos e os desejos soterrados e desencantados por séculos de saberes, preocupados, estes, em garantir todo e qualquer tipo de imobilismo.

Proporciona, também, uma salutar abertura para a exploração de todas as formas de expressão que o racionalismo dominante conseguiu enclausurar numa reserva chamada absurdo. O estudo da filosofia feito de modo correto as reivindica como a placenta da criatividade. Uma reação vital à sensatez inerte.

Uma manobra para tentar corroer o monopólio de uma razão que propaga a submissão: saberes feitos de lugares comuns e falsos tesouros com os quais, por esquecimento de nossa singularidade, naturalmente concordamos.

Para o filósofo, o absurdo não tem uma conotação pejorativa: é a forma de protesto que se opõe ao jogo do coerente, do lógico e do demonstrado, categorias empregadas como critérios incontrovertíveis de verdade nos grandes relatos (sistemas) que a ciência produz para imaginar o mundo.

Na filosofia, o absurdo reitera a necessidade de múltiplas compreensões do ser. O absurdo filosófico é uma saída espontânea para procurar a voz humana no meio dos cientistas, no meio dos desejos.

"A cultura oficial da pós-modernidade tende à supressão total das paixões. Com isso, ela elimina a educação, a política e o senso crítico. Adormecendo as paixões, se assegura a reprodução de um sistema de dominação, imposto, principalmente, na América Latina."

Declarar que a razão é a essência do homem, já é dividi-lo em dois, coisa que a tradição clássica nunca deixou de fazer. Esta distinguiu no homem o que é razão, e que, por isso mesmo, é verdadeiramente humano, e o que não é razão, e que, por este fato, parece indigno do homem: instintos, sentimentos e desejos.

A filosofia mostra sua firme intenção de derrubar as margens estreitas do racionalismo, sacudindo-nos, ao mesmo tempo, para que despertemos de nossas ilusões e dependências em relação a todas as convenções vigentes. Procuraremos demonstrar através de uma viagem sobre a história do ser o sonho, a magia de um olhar além do físico sobre o mesmo, para procurar uma nova ordem de valores, sem ouvidos para os eruditos.

O sonho metafísico faz do sentimento uma revolução e dessa forma subverte a tolice-vital, essa evasão da vida que a filosofia deve expurgar.

O assédio das sombras tende a aumentar no berço da pós-modernidade, que é a miragem nostálgica do homem, uma civilização onde a singularidade dos desejos se converte

em um bem de luxo. Está se começando a reproduzir o "homem de Chernobyl", para quem a vida cotidiana passa a ser um exercício de sobrevivência. Ele divaga com crenças promíscuas, vive um dia de cada vez, preparado para o pior, por haver perdido toda a confiança no futuro da humanidade. Seu lugar de visibilidade é o espanto apocalíptico. Está no lugar de um observador em regime de prisão perpétua.

Voltemos à filosofia como recuperação sistemática do instante onde a imaginação do mundo brilhou plena de juventude. Um belo instante da cultura aonde o sonho vai adiante e a ação é sua esteira.

Quando a filosofia estabelece as identidades entre a "poética" (sonhos) e a vida, está convidando a cultivar o engajamento mágico com o mundo. É a crença no poder mágico da palavra reveladora e criadora de mundos e realidades (sensível e intelectual): *O homem é a luz (razão) de seu destino.*

Assim, a filosofia pode desligar-se da relação teoria-práxis, assumindo em profundidade o caráter onírico das teorias.

Realidade e sonho, os cortes não são drásticos. É difícil distinguir sem criar mitos. De repente a filosofia não distingue, coloca em prateleiras sem estantes as teorias e nos propõe uma discussão substitutiva: a relação sonho-práxis. Graças a este sacrilégio, os filósofos alteram os efeitos consagrados do saber.

Em seus jogos contestatórios mostram que a função mais importante do conhecimento social é a de sonhar com magia. Somos feitos do mesmo material que os sonhos. O sonho é um fiel espelho de nossos escurecidos objetos.

Iluminá-los é uma função emancipatória da pedagogia. Ela deve incendiar-nos com magia e afetividade. O processo didático (nas universidades) precisa ser um sonho mágico que nos atraia para devolver-nos a liberdade. Esse é o caminho para encontrar o desejo nos argumentos didáticos: a sala de aula. Paraíso perigoso, onde só penetram os grandes aventureiros. A noite do ser. O homem noturno que vê a noite como alumbamento e o dia como gestações.

A experiência nos ensina que uma consciência demasiada impregnada de lucidez cartesiana impede que o homem invoque os abismos interiores e que evoque, como o deseja, os misteriosos climas da vida inconsciente, tente dissolver seus fantasmas e exerça sua rebelião contra os castradores profissionais ou amadores.

Enfim, o sonho como bom exercício para superar as consciências alienadas. Os sonhos e a magia como antídotos da ideologia massificante. O sonho para superar a mentalidade cartesiana: essa lucidez vizinha do poder.

A cultura oficial da pós-modernidade tende à supressão total das paixões. Com isso, ela elimina a educação, a política e o senso crítico. Adormecendo as paixões, se assegura a reprodução de um sistema de dominação, imposto, principalmente, na América Latina. Só os apaixonados contestam, protestam, procuram a transformação. As paixões não cegam; elas iluminam, utopicamente, o destino do ser apaixonado. A paixão é o alimento da liberdade. Não pode, portanto, existir uma pragmática da singularidade humana, sem seres apaixonados que a realizem. A paixão é o que nos diferencia dos seres inanimados, que simulam viver olhando, indiferentemente, o mundo à espera da morte. Só os seres apaixonados têm condições de procurar viver em liberdade, de procurar vencer as tiranias culturais. Os verdadeiros filósofos tentaram viver assim. Mostraram o poder das utopias interiores.

Ao meu ver, a filosofia é o modo de expressão poética das utopias interiores. Os filósofos mostram-nas apaixonadamente. A cultura oficial interpreta as paixões filosóficas como um "excesso agressivo". Foi uma maneira de recuperar, ideologicamente, a filosofia, amornando a ameaça de seu poder revolucionário.

Soberba. Distância. Desplante. Monotonia. Psicoses narcisistas. Sentimentos de onipotência. Permanentes ameaças de reprovações. Atitudes depreciativas. Formas, enfim, com que se manifestam as defesas maníacas como um desejo de fazer abortar todo e qualquer sintoma de emergência da singularidade. É o professor convertido em um sensor de tempo completo, mero aprendiz de sacristão na igreja do saber: lugar das crenças absolutas. Uma vez que se aceitam como "crenças absolutas" determinadas afirmações, surgem esquemas mentais que conformam um discurso alienante como teologia para a ação... todo intento de transgressão será castigado como ato pecaminoso, gerando uma defesa maníaca para suprimi-lo.

Como sacristãos, certos professores acreditam que, defendendo a "teologia das ciências", estão empreendendo uma luta titânica contra o mal, adquirindo assim a unção mística e a tranquilidade de consciência necessária para resolver a aniquilação do diferente: destroem-nos por sermos instrumentos do mal. Procedem com a mesma beática pureza de consciência dos tribunais da inquisição. Ademais, como toda a religião, indica a via de salvação só para os eleitos: "os lugares-tementes do bem". A proteção de seus mitos, a magia de seu culto não se estende aos inimigos.

Só a livre expressão para o pensamento afim.

Estamos falando da "oligarquia do saber", cordialmente distante, fria e indiferente para simular ocupar-se dos problemas daqueles que não pertencem a ela.

Assim, as universidades transformam-se em um sítio impiedosamente seco. Todo um estilo (sacralizado, viciado) de relacionar-se com a verdade, que já morreu sem que seus cultores o saibam. Continuam apelando, ainda, para mecanismos de excomunhão e controle de heresias, como nos velhos tempos de esplendor. Quem não bebe deste cálice ainda morrerá. Ainda existe a sanção pelo delito de "porte de inovações", de "porte de diferenças".

Creio que os professores aprenderiam a ensinar quando renunciassem a converter suas falas em caricaturas "câmaras de eco": práticas de pensamento e de citações ostentadas, agressivamente, para adquirir uma distância salvadora que evite as zonas perigosas onde o saber se enfrenta a si mesmo como obstáculo. O professor precisa converter o saber em dispêndio. Há duas maneiras de subverter a legalidade do saber: dispersá-lo ou dá-lo para satisfazer a dúvida do aluno que é sempre, no fundo, um pedido de amor, a fuga da fadiga dos estereótipos, a renúncia a este monstro que é o "último significado".

O próprio saber que constituiu historicamente o sujeito começa a destruí-lo. As sociedades começam a funcionar apoiadas em saberes que prescindem radicalmente da intervenção do sujeito. O homem, perdendo sua condição de sujeito do conhecimento, vai ganhando a condição de elemento de uma configuração totalitária.

Na fase avançada do saber disciplinar, a sujeição provavelmente não dependerá da formação de sujeitos dóceis, subjetivamente flácidos. Da produção institucional da subjetividade se passará para um processo de destruição institucional dos sujeitos.

A análise precedente não está destinada a recuperar a figura do sujeito. Pretendo mostrar, antes de mais nada, que o homem precisa, para executar o projeto de uma pragmática emancipatória, compreender que o que foi radicalmente dilacerado pelas práticas disciplinares do saber e do poder foi sua intersubjetividade. O eclipse da intersubjetividade determinou a falência existencial dos homens, a total ausência de ilusões vitais ●

*Henrique Conde Ueira é bacharel em Direito / UFPI, aluno do Curso de Filosofia / UFPI e Analista Judiciário do TRE-PI

AÇÕES AFIRMATIVAS CONCEITO

Gadafy de Matos Zeidam *

O debate sobre cotas resgata fortes argumentos favoráveis, em especial os de natureza sociológica, histórica e política. Entretanto, a premência de tal questão parece esvaecer-se diante do argumento de natureza jurídica, desfavorável, qual seja a pretensa inconstitucionalidade diante do Princípio da Igualdade, acolhido pela Constituição Federal em sua fórmula original, já consagrada: "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza" (*Caput* do art. 5º).

O Princípio da Igualdade, todavia, não se reduz ao conceito de igualdade em si, mas valida-se segundo o conceito de justiça: é justo que todos sejam tratados igualmente pela lei. Vale ressaltar que a lei amiúde estabelece distinções - mulheres aposentam-se com menos tempo de contribuição, menores são penalmente inimputáveis, os analfabetos são inelegíveis, determinadas autoridades têm foro privilegiado - o princípio continua válido? Sim, pois no cerno do princípio está a justiça não a igualdade. É justo que a lei, em determinados casos, estabeleça distinções? E, posteriormente, são justos os critérios de distinção estabelecidos pela lei? Tais questões, desde que afirmativamente respondidas e respaldadas, validam o Princípio da Igualdade.

O princípio realmente significou, em sua fórmula original, igualdade absoluta e serviu para quebrar o paradigma absolutista de privilégios aos estamentos do clero e da nobreza e da ascendência divina dos reis. O paradigma absolutista era fundado em um conceito de justiça, a justiça comutativa aristotélica (comutar=trocar). Trocam-se os direitos e bens jurídicos conforme os méritos, ou seja, geometricamente conforme o estamento social a que pertenciam o homem, legitimando as diferenças e fundamentando o ideal de justiça absolutista. O paradigma liberal também se funda em um conceito de justiça, a justiça distributiva aristotélica. No Estado Liberal, distribuem-se aritmeticamente